



5

*O livro escolar na reinvenção política do Moçambique pós-independente**

The school book on the political reinvention of post-independence in Mozambique

Andréa Borges Leão**, André Victorino Mindoso***

* Recebido em: 06.03.2018.
Aprovado em: 30.07.2018.

** Pesquisadora do CNPq, professora do Departamento de Ciências Sociais e do PPGS da Universidade Federal do Ceará. Email: aborgesleao@gmail.com

*** Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2017). Email: amindoso@hotmail.com

Resumo: Com a independência e a consequente desvinculação de Moçambique do Estado português, surge a necessidade de se imaginar uma nova narrativa de nação que desse conteúdo e vida ao processo de construção de uma solidariedade nacional – uma comunidade de imaginação – ao jovem país. A Frente de Libertação de Moçambique assume o papel de elite nacionalista, função posta em discussão por este artigo, chamando a si o direito de definir o conteúdo daquilo que seria a nova narrativa de nação. Procuramos elucidar as controvérsias desta configuração do trabalho simbólico de construção de uma hegemonia política. Ou melhor, propomos analisar a forma como a elite frelimista fez uso do monopólio dos meios de comunicação como coerção simbólica, designadamente da edição e adoção de livros escolares da 4ª e 6ª classes, a fim de praticar o arbitrário cultural de uma autoimagem e sentimento de pertença à nação socialista moçambicana.

Palavras-chave: Comunidade de imaginação; livros escolares; edição de livros escolares

Abstract: With the independency and untying of Mozambique from the Portuguese State, comes the need of imagining a new narrative of nation that gives content and life to the construction process of a national solidarity – a community of imagination – to the young country. The Mozambique Liberation Front takes on the role of nationalist elite, a task that is debated in this article, claiming for the right to define the content of what would be a new narrative of nation. We sought to elucidate the controversies of this symbolic work configuration of political hegemony construction. Even better, we propose to analyze how the FRELIMO elite made use of mass media monopoly as symbolic coercion, specifically in the edition and choice of school books from 4th and 6th grades, in order to practice cultural arbitrary of a self-image and feeling of belonging to the Mozambican socialist nation.

Keywords: a community of imagination; school books; edition of school books



1. Premissas

Moçambique tornou-se oficialmente independente de Portugal em 25 de junho de 1975, depois de aproximadamente dez anos de uma guerra de descolonização levada a cabo pela Frente de Libertação de Moçambique, a FRELIMO. No período posterior, assistiu-se à reconfiguração do movimento guerrilheiro que passa a se autorrepresentar e legitimar como elite dirigente de um Moçambique reinventado como nação independente. Este movimento reivindica o socialismo como ideologia norteadora da organização do Estado.

Para além da construção de um Estado socialista, com toda a sorte de instituições que o dão sustentação, estava igualmente em causa o movimento de imaginação simbólica de uma narrativa de nação. Com efeito, antes da independência nacional, Moçambique, à semelhança do que acontecia com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, fazia parte integrante da narrativa da nação portuguesa, em que era suposto os moçambicanos compartilharem dos valores nacionais portugueses. Isso era feito, entre outros, por uma prática de assimilação de valores e símbolos imposta pelas autoridades coloniais como condição para que os moçambicanos fossem considerados cidadãos (Mindoso, 2017).

Com a independência e a consequente desvinculação de Moçambique do Estado português, surge a necessidade de se imaginar uma nova narrativa de nação que desse conteúdo e vida para a constituição de uma solidariedade nacional. Fazia-se

necessário organizar os contornos de uma comunidade de imaginação. Frente a esta tarefa histórica, a FRELIMO assumia o papel de elite nacionalista, função posta em discussão por este artigo, chamando a si o direito de definir o conteúdo daquilo que seria a nova narrativa de nação para o país. É esta configuração do trabalho simbólico de construção de uma hegemonia política que procuramos elucidar. Ou melhor, propomos analisar a forma como a elite frelimista fez uso do monopólio dos meios de comunicação como coerção simbólica, designadamente da edição e adoção de livros escolares, a fim de impor e orientar o arbitrário cultural (Bourdieu, 1982) de uma autoimagem e sentimento de pertença à nação moçambicana. Os livros estudados são os do ensino primário e foram publicados pelo governo entre as décadas de 1970 e 1980. Dadas às limitações deste artigo, trabalhamos mais especificamente com livros da 4^a e 6^a classes. O objetivo previsto nesses livros era apresentar o mundo da cultura escrita aos leitores iniciantes auxiliando-os na prática da leitura como atividade rotineira dos primeiros anos de escolarização. Apesar disso, eles apresentam um teor político e um discurso agregador importante que nos levou a fazer sua análise como veiculadores de um ideário de nação pela cultura escrita num país de tradição oral.

Em termos expositivos, estruturamos o artigo da seguinte forma: começamos por balizar os limites do conceito de nação, deixando claro que para fins desta análise a tomamos como realidade simbolicamente imaginada, afastando-a de uma concepção essencialista ou finalista. Em seguida, demonstramos que o livro



escolar constituiu um dos meios usados pela então elite moçambicana para a disseminação de uma ideia de independência nacional. Nós nos ocuparemos, depois, em demonstrar que a guerra de descolonização foi capitalizada como momento crítico a partir do qual a comunidade nacional emergente deveria inspirar-se por meio das evidências de memórias e experiências dos ex-guerrilheiros. Memórias e experiências se impuseram como referências simbólicas na cultura letrada do jovem país.

2. Nação, um arbitrário cultural

Ernest Renan (1997), no clássico texto intitulado “Que é uma nação?”, lançou-se à tentativa de definir o conceito de nação dada a sua insatisfação com as definições essencialistas que tendiam a defini-la como resultante de um fator determinante, qual seja, a raça, a língua, a religião ou mesmo a geografia. No referido texto, Renan demonstra, ainda no século XIX, com exemplos tirados dos processos de formação de diferentes nações, como esses fatores tidos como determinantes são ambíguos, pois já se tornava evidente no debate da época a inexistência de raças puras que justificassem a peculiaridade de uma nação; do mesmo modo, não existiria tampouco uma língua pura. Para Renan, tanto as raças como as línguas são resultado histórico de complexos processos de miscigenação e, como tal, não são elementos suficientes para definir uma comunidade nacional. Igualmente, os diferentes credos religiosos estavam de tal forma difundidos no mundo moderno que

não se poderia atribuir a um deles em particular o caráter essencial para a formação de determinada nação. Finalmente, Renan demonstrava que, embora a geografia de um território – suas fronteiras e localização –, pudesse fornecer o substrato para várias atividades humanas, não poderia ser elemento de *per si* suficiente para definir ou determinar uma nação. Renan, ao contrário, atribui a este conceito um caráter espiritual, de efeitos simbólicos, diríamos retrospectivamente resultante de complexos processos sócio-históricos. Esse princípio espiritual constituinte da nação encontraria seu substrato em duas orientações (Renan, 1997:173):

Uma está no passado, a outra, no presente. Uma delas é a possessão em comum de um rico legado de recordações; a outra é o consenso atual, o desejo de viver em conjunto, a vontade de fazer valer uma herança que se recebeu íntegra.

Para o autor, as bases fundantes da nação devem ser encontradas nos seus suportes espirituais ou simbólicos que se inspiram no passado coletivo de um povo assim como na sua vontade de continuar vivendo juntos. Esta concepção de nação enquanto princípio espiritual vai influenciar, em nosso entender, a literatura posterior sobre o assunto. Max Weber (2004) certamente a assimilou em sua teoria da legitimidade. Efetivamente, o autor, ao recusar todas as características empíricas e antropológicas dos partícipes de uma comunidade nacional como não sendo determinantes para a sua definição, remete este conceito para a ordem dos valores, definindo nação como um “grupo de pessoas das



quais pode ser esperado, diante dos outros, um sentimento de solidariedade específico” (Weber, 2004: 172). Weber evidencia a ideia de solidariedade específica de um determinado grupo diante de outro através do prestígio advindo do pertencimento a tal grupo. Segundo o autor, o prestígio decorre de uma forma peculiar de ser desses indivíduos que os distingue simbolicamente de outras comunidades. Esse modo peculiar de ser, acima de tudo, assume as características de uma missão cultural cultivada constantemente. É assim que Weber termina afirmando que a missão cultural, por sua vez, é cultivada ou difundida por um grupo de especialistas institucionalizados, os intelectuais, encarregados de propagar a ideia da comunidade nacional. A partir daí evidencia-se o que Pierre Bourdieu (2012) mais tarde conceituaria como a força do pensamento de Estado, uma expressão dos laços com o capital cultural.

Estas contribuições pioneiras de Renan e Weber encontrariam eco na discussão mais recente sobre o conceito de nação. Benedict Anderson (2008) ocupa, sem dúvidas, um lugar de destaque. Anderson inicia seu livro *Comunidades imaginadas* argumentando que a condição nacional é, há dois séculos, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, um dos valores mais legitimados na vida política dos nossos dias. O autor compara a ideia de nação a uma “comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (Anderson, 2008: 32). A partir desta definição, evidencia a existência de quatro elementos importantes para a concepção de

nação: o fato de ser imaginada, de ter limites, de ser ou almejar a soberania e finalmente por encerrar uma comunidade. A nação é imaginada, segundo o autor, porque nem todos os membros que a constituem se reconhecem mutuamente, embora tenham a consciência de haver uma comunhão entre eles; ou seja, a condição nacional apenas existe na medida em que as pessoas partilham de certo imaginário social, sem que necessariamente se conheçam mutuamente. Essa imaginação, porém, é limitada, pois independentemente da dimensão populacional que caracteriza um grupo nacional, ela tem seu campo de abrangência limitado, sobretudo hoje, em que nos deparamos com a constituição de espaços imaginados por mediações internacionais e transnacionais. A questão da soberania como fundamento da legitimidade torna-se importante para Anderson ao considerar que o objetivo almejado por qualquer comunidade nacional é a independência das injunções políticas religiosas (no período iluminista) ou das advindas dos monopólios imperialistas. Finalmente, a nação é imaginada como uma comunidade de sentido pelo fato de que, independente das desigualdades socioeconômicas e políticas entre os indivíduos, pode existir certa “camaradagem” – interesses compartilhados, como gostos estéticos e preferências culturais – que ultrapassam as diferenças e assimetrias, a ponto de torná-los capazes de morrer por essa “camaradagem”. O conceito de nação marca uma heteronomia da cultura com relação ao novo Estado.

Isto posto, e considerando as contribuições de Renan, Weber e Anderson, podemos resumir o conceito de nação operacionalizado



nos livros escolares no Moçambique independente como ilustração de comunidades simbolicamente imaginadas de indivíduos que, apesar de suas características variadas e desiguais, estabelecem laços de solidariedade suportados por um passado rico de experiências que lhes torna um grupo peculiar. Note-se que o desejo de convívio coletivo no espaço geograficamente delimitado e que se pretende soberano resulta de um arbitrário cultural posto em prática por uma nova elite, a FRELIMO.

Vale a pena reter três pontos importantes na definição de nação acima sintetizada e que servirão de referência às discussões subsequentes. Em primeiro lugar, a nação encerraria a ideia de uma comunidade, de um “nós”. Desta forma é legítimo falarmos de uma nação moçambicana. Este posicionamento, contudo, está longe de ser consensual no debate travado entre os intelectuais moçambicanos e os estrangeiros que estudam o país desde seus próprios espaços nacionais. Com efeito, Michel Cahen (1993) é cético a esse respeito. A seu ver, Moçambique é um país sem nação à moda ocidental, pois empiricamente o país é diverso, com muitos grupos étnico-linguísticos, sem uma rede significativa de infraestruturas que conecte o país nas suas mais variadas regiões. A consequência é um desconhecimento dos moçambicanos uns com relação aos outros. Elísio Macamo (1996), ao criticar essa conclusão de Cahen, defende que, mesmo em países em que existe uma tradição antiga de Estado-nacional, como a Itália, há indivíduos que não têm consciência de pertencerem a uma mesma nação. É nesse sentido que o autor, inspirando-se na dimensão construtivista da nação, defende que não

se deve procurar a sua razão de ser nos elementos que Cahen levanta, mas na vontade dos moçambicanos de continuarem a construir sua nação de destino. Em segundo lugar, fica evidente, da discussão precedente, que a ideia de nação é alimentada ou criada por uma ou várias elites econômicas, políticas, culturais, etc. No caso da nação moçambicana dos anos 1975-90, esta tarefa foi assumida, entre outros, pela elite política da FRELIMO, detentora única do que Pierre Bourdieu (2008) chama de o monopólio dos meios de coerção simbólica, a exemplo, nomeadamente, do sistema de educação. O terceiro ponto importante a ser sublinhado é o que considera que a narrativa da comunidade nacional criada ou alimentada pelas elites hegemônicas tem um conteúdo sócio-histórico específico. No caso moçambicano esse conteúdo adveio das experiências e memórias da luta de descolonização do país heroicizadas e largamente difundidas como referências simbólicas que deveriam orientar a construção da nação independente moçambicana.

3. A nação e o livro escolar moçambicano

Posta a controvérsia em torno do tema tratado, faz-se necessário indagar como a construção moçambicana, um efeito do novo Estado, investe na edição de livros escolares. É importante percebermos de que forma a nação, enquanto uma realidade simbólica e politicamente imaginada, é difundida e universalizada pelos indivíduos tornados pátria de leitores. Esta seção começa por



discutir a ideia de que o livro escolar, para além dos conteúdos específicos de ensino, constitui suporte decisivo para a veiculação e assimilação de um ideário político e, em consequência, torna-se um fator de integração nacional.

Se, de acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu (2012), o Estado moderno funciona como um banco central de capital simbólico, espaço de agentes em concorrência capaz de tornar as estratégias e táticas necessárias ao trabalho de conquista de hegemonia em coisas naturais, as imposições arbitrárias das políticas educacionais são decisivas aos processos de assimilação e incorporação de tais coisas. É assim que são historicamente constituídas as comunidades imaginadas da nação. São os processos sociais que objetivam nas experiências da vida privada dos indivíduos, como a escolar, a atuação simbólica das políticas estatais, o que o sociólogo chama de “efeitos do Estado” (Bourdieu, 2012: 196). Nesta perspectiva, vale retomar o trabalho de Anderson (2008). Nele, há uma análise sobre a relação entre a edição de livros e a difusão de ideários de nação. Com efeito, para o autor, o capitalismo editorial, cuja atividade se constitui na busca do lucro através da difusão de livros impressos, contribuiu de modo inconsciente e não intencional para a criação da consciência nacional em países da Europa Ocidental. Tal capitalismo editorial alargou um mercado de produção, circulação e consumo, que no início circunscrevia-se a uma pequena elite falante do latim para passar a abranger os mais modestos meios sociais, tendo em conta que a burguesia passava a produzir livros mais baratos e com conteúdos

mais acessíveis para as populações menos letradas. O autor mostra, contudo, que esse crescimento do mercado livreiro rumo à massificação do consumo deveu-se a duas razões de peso, a saber, o impacto da reforma protestante e a adoção, por diversos monarcas, de línguas vernáculas como instrumento de centralização administrativa de seus domínios. Em ambos os casos, a vernaculização de uma língua encontra-se presente. Enquanto o protestantismo procurava difundir seus credos através de certas línguas vernáculas específicas, como o alemão (Lutero) e o inglês (Wycliff), opondo-se à pretensão hegemônica do catolicismo em usar o latim, a necessidade de se adotar línguas vernáculas para garantir a centralização administrativa de certas monarquias absolutas, contribuiu igualmente para o uso dessas línguas. Como se pode constatar, o protestantismo e a necessidade de centralização administrativa criaram condições para que o capitalismo editorial explorasse os mais diferentes públicos por meio de publicações baratas e, em termos linguísticos, refletindo as línguas vernáculas de seus leitores.

Anderson (2008) mostra que o capitalismo, a tecnologia de imprensa e a diversidade das línguas humanas, contribuíram de forma decisiva para a criação da consciência nacional nos países da Europa Ocidental. A consequência disso foi a emergência de uma instância de indivíduos que falavam diferentes variações de determinada língua - do inglês, por exemplo. Na impossibilidade de se comunicarem oralmente, esses indivíduos lançavam mão do material impresso, corporificando um elo de comunicação entre si, o



qual seria o embrião da comunidade nacionalmente imaginada. Isto significa igualmente que tais línguas impressas foram tornando-se hegemônicas em relação às orais constituindo ao longo dos anos uma língua padronizada, reconhecida por seus leitores e falantes como pertencente a uma comunidade letrada. Essa comunidade estava circunscrita a fronteiras políticas e geográficas específicas.

Outro exemplo que evidencia a importância da difusão de símbolos concorrentes para a criação da ideia de nação nos é dado pelo estudo do sociólogo Norbert Elias (1993). O autor demonstra que a monopolização dos controles sociais contribuiu para a emergência ou consolidação do *habitus* nacional nos países da Europa Ocidental. Efetivamente Elias mostra como as condutas dos europeus se padronizaram ao longo de séculos e que o processo de monopolização da violência física desempenhou um papel fundamental; isto pelo fato de, a partir do momento em que o monarca passou a controlar os meios de violência física, anteriormente espalhados pelos mais diferentes feudos, os cavaleiros, desprovidos desses meios, foram juntar-se à corte e conseqüentemente ajustar seu estilo de vida ao que aí encontravam. Aliado a isso, a burguesia emergente dotada de espírito capitalista, mas que também se juntou à vida cortesã, desenvolveu uma indústria cultural que permitiu produzir livros e outros bens simbólicos representativos do estilo de vida na corte, distribuindo-os pelos mais diversos setores da sociedade, inclusive às massas populares. Foi este processo, segundo o autor, que no decorrer de muitos anos, fez com que os indivíduos, independentemente de sua situação de classe

ou status na hierarquia social, passassem a ter autoimagens cada vez mais padronizadas.

Como podemos notar, tanto para Anderson como para Elias, o capitalismo editorial assim como o processo de monopolização dos controles sociais, especialmente os simbólicos, desempenharam um papel importante na padronização da língua, condutas e valores, que foram condições fundamentais, embora não suficientes, para a imaginação de comunidades nacionais em países da Europa Ocidental. Embora aqui tenhamos nos centrado na análise da importância do capitalismo editorial na construção da ideia de nação em países da Europa ocidental, podemos verificar o mesmo processo em países que não se caracterizaram por este regime ou que não se localizam naquele espaço sócio-geográfico. Pelo contrário, em países que haviam abraçado o modelo socialista de organização social, ou mesmo que se localizam em contexto diferente do europeu, evidencia-se processo equivalente. O caso moçambicano do pós-independência é representativo. Neste país, o livro produzido para fins didáticos teve um papel importante na imaginação e difusão de um ideário de nação, que, embora se limitasse à história e experiência do movimento libertador (Serra, 2012; Coelho, 2015), constituiu uma narrativa que se contrapunha à do período colonial. Nesse processo de imposição simbólica, a FRELIMO chamou para si a responsabilidade de reimaginar a nação emergente, assim como difundir essa narrativa para os demais moçambicanos, fazendo coincidir o espaço nacional e o espaço linguístico. Enquanto partido único de orientação socialista, monopolizou todos os meios



¹ Este termo era usado pela FRELIMO para designar o seu projeto de imaginação de uma nova nação, que consistia na exaltação de valores modernos do socialismo, por um lado, e a eliminação dos vestígios do colonialismo e da pertença a grupos étnicos e tribais, por outro. Para maiores detalhes sobre o termo, consulte, entre outros, CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação.** (Tese de Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2007.

institucionais de controle social, sobretudo o sistema de ensino e, a partir dele, procurou inculcar nos jovens alunos e nos moçambicanos em geral um espírito de solidariedade nacional, uma comunidade de destino.

Esse empreendimento hegemônico passou igualmente pela forma como o livro escolar era produzido, em que a editoração dos mesmos era feita de forma exclusiva pelo Estado, especificamente pelo Instituto Nacional do Livro e do Disco, então vinculado ao Ministério da Educação e Cultura do país. Era esta instituição que assumia a responsabilidade de selecionar textos que fossem apoiar a prática de leitura dos alunos, mas que, ao mesmo tempo, os induziam a uma narrativa de nação.

Desse modo, os livros escolares constituíram um veículo privilegiado para a difusão das visões de mundo que a FRELIMO pretendia impor simbolicamente. Vejamos alguns extratos textuais de livros escolares produzidos e difundidos no período pós-independência em Moçambique. Esta opção pelos livros Escolares não surgiu ao acaso. Ela foi condicionada por dois fatores: (1) partimos do pressuposto, defendido por vários autores, entre os quais Alain Choppin e Chartier e Hébrard (1995), segundo os quais o material didático, longe de ter apenas uma função instrutiva, encerra ou transmite várias visões de mundo da sociedade na qual é produzido; (2) por ter-se verificado no Moçambique pós-independência uma tentativa de massificação do acesso ao ensino, através da qual a elite política emergente procurou não só aumentar os ingressos escolares, mas também, e sobretudo, inculcar novas

visões de mundo aos jovens moçambicanos, o que designou de formação do “homem novo”¹.

Não resta dúvida de que o livro escolar constituía um dos meios de difusão dos novos ideais de homem que se pretendia formar no Moçambique pós-independente. Esta pretensão esteve igualmente presente nos demais produtos editoriais, especialmente em jornais e revistas da época. E isto resultou do controle monopolístico que a elite dirigente frelimista detinha sobre os meios de legitimação de visões de mundo sobre uma ideia de nação moçambicana, onde o sistema educacional e os seus instrumentos jogavam um papel importante.

4. O Homem novo, um mito de origem

As narrativas que visam construir a nação tendem a estabelecer um ponto de referência social ou mítico a partir do qual se inspiram (Carvalho, 2011). O caso moçambicano também se caracterizou por essa busca de referências “míticas”. A partir da leitura dos livros escolares do ensino primário do período em análise, fica claro que tal mito não vem de passado remoto, portanto colonial, mas é referente à guerra de descolonização que, em termos cronológicos, vai de 1964 a 1974. Como podemos ver, esse período relativamente curto (dez anos) ganha uma importância discursiva relevante nos livros escolares.

A guerra de descolonização, porém, não foi apropriada pela elite política na sua dimensão violenta, mas pelas experiências tidas



como “positivas” e ideais vindas à tona nas memórias dos guerrilheiros. A dimensão simbólica da luta armada criou condições para a emergência de novas representações e imaginários sociais que estiveram na base da invenção da nova narrativa da nação moçambicana do pós-independência. A primeira experiência mostra como a guerra constituiu um momento crítico a partir do qual certo ideário de nação moçambicana passou a ser desenhado. É o que apresentamos em seguida, e cujo título é por si só elucidativo:

A luta transforma-nos
Nas nossas unidades [militares] há gente de todas as regiões; estou com ajauas, macondes e gente da Zambézia. Creio que isto é bom; antigamente não nos julgávamos uma só nação; a FRELIMO mostrou-nos que somos um só povo. Unimo-nos para destruir o colonialismo e imperialismo português.

A luta transformou-nos. A FRELIMO deu-me a possibilidade de estudar. Os colonialistas não queriam que estudássemos, ao passo que agora estou neste destacamento, onde há treinos de manhã e de tarde, vou para a escola aprender a ler e escrever. Os portugueses não queriam que estudássemos porque se o fizéssemos compreenderíamos melhor, combateríamos melhor e serviríamos melhor o nosso país (Ministério da Educação e Cultura, 198?: 52).

Outro trecho evidencia, de forma acentuada, a importância da solidariedade e da unicidade entre os guerrilheiros e as populações espalhadas pelo jovem país, resumida na ideia de camaradagem:

Havia um amigo, que combateu ao meu lado todos estes anos, nos montes e vales do Niassa e, depois, ali, na província de Tete. E eu dizia camarada, e ele dizia camarada. Íamos a uma aldeia e víamos o

povo engajado na luta e os dirigentes de cá para lá, de lá para cá, sempre a lutar pela causa do povo.

Então dizíamos que também eram camaradas; a mesma causa, um entendimento comum, uma amizade profunda nos unia e uma vitória muito grande aqui no peito: a vitória que era sentirmos os outros como se estivéssemos a sentir uma parte de nós mesmos, como se fôssemos troncos da mesma árvore.

A classe dos explorados estava ali numa palavra: CAMARADA. (ibidem, p. 26).

Continuando a explorar a ideia de solidariedade, especialmente entre os diferentes grupos étnicos que faziam parte do país e formavam o Exército do Povo, o trecho a seguir elucida mais uma vez os fatores decisivos na construção da nova narrativa nacional:

Combati na Zambézia e no Niassa, longe da minha própria região. Combati na terra dos chuabos e dos lomués. Os chuabos, nianjas e lomués receberam-me como se eu fosse da sua própria região. No Niassa, encontrei-me com um camarada do Sul e ninguém o podia distinguir do povo da região.

O povo percebe que somos todos moçambicanos. O povo está unido e ajuda-nos. Doutro modo não poderíamos em zonas inimigas; é o povo que nos dá todas as informações acerca dos movimentos do inimigo, sua força e sua posição. Também quando começamos a trabalhar numa área onde não há mantimentos, porque não tivemos tempo de os cultivar, o povo dá-nos de comer. Também nós ajudamos o povo, protegendo-o nos seus campos, contra a ação dos colonialistas; organizamos novas aldeias quando temos de evacuar a população duma zona da guerra; protegendo-las contra o inimigo (Ministério da Educação e Cultura, 1989:74).



² Termo nativo moçambicano para designar pequena porção de terra que serve para cultivo, sobretudo de subsistência (roça).

³ Casamento por dote.

Para além da questão regional e étnica, a condição da mulher ganhou igualmente um lugar importante na construção da narrativa nacional. Os dois longos trechos textuais sobre o destacamento feminino abaixo apresentados são disso evidência:

Quando a Guerra Popular de Libertação começou em Moçambique, só os homens entravam nas ações armadas.

A mulher era considerada um ser inferior, que só sabia cuidar dos filhos, da casa e da machamba¹.

Nessa altura, muitas mulheres moçambicanas mostraram que também podiam pegar em armas e participar na luta ao lado dos seus companheiros.

Dessa maneira, nasceu o destacamento Feminino como parte integrante do Exército do povo.

Foi grande a colaboração da mulher durante a luta.

Ela combateu sempre em todas as frentes da guerra. Transportava material e armamento de base para base, mobilizava clandestinamente as populações nas zonas ocupadas pelo inimigo. Produzia nas machambas. Tratava dos doentes e feridos. Educava e cuidava das crianças em creches e escolas.

A vitória não seria possível sem a sua participação constante.

Essa participação continua a ser indispensável na nova fase da revolução - a reconstrução nacional.

Nas escolas, nos hospitais, no governo, nas machambas, nos escritórios, na defesa do Povo, a mulher moçambicana continua a trabalhar para o engrandecimento da sua Pátria.

Trabalha lado a lado com os homens, mostrando que tem capacidade para desempenhar qualquer tarefa.

Ela participa na Revolução e deve ser considerada como um elemento precioso para a formação da Nova Sociedade.

Devemos, portanto, combater a poligamia, o lobolo³ e as ideias erradas que consideram a mulher como inferior (*ibidem*, p. 66).

Embora importante no campo militar, a contribuição da mulher moçambicana na revolução tem ressaltado mais no campo político. Desde 1967, as mulheres têm desempenhado um papel fundamental na mobilização e educação política do povo e dos guerrilheiros.

As responsabilidades revolucionárias são comuns ao homem e à mulher. O sucesso da revolução depende dos esforços combinados de todos. Ninguém pode ser dispensado. Assim, o papel tradicionalmente “passivo” da mulher mudou, de modo a que as suas capacidades fossem utilizadas ao serviço da revolução.

As mulheres passaram a falar, a exprimir a sua opinião nas reuniões e a participar nos comitês. Isto exigiu uma luta constante contra os velhos preconceitos de que as funções das mulheres são apenas cozinhar, tomar conta da casa, dos filhos e pouco mais.

A experiência da luta armada provou precisamente que é muito grande a contribuição da mulher à revolução nos campos da mobilização e da politização. E isto principalmente por duas razões.

Primeiro, porque é mais fácil à mulher aproximar-se das outras mulheres. Segundo, porque as responsabilidades revolucionárias comuns tornam-se mais claras para os homens, quando tem em frente deles mulheres militantes que são o exemplo vivo daquilo que elas afirmam (Ministério da Educação e Cultura, 198?: 30).



⁴ Grupos étnicos do Centro-Norte e Sul de Moçambique, respectivamente.

A lógica da sequência dos textos acima apresentados pode resumir-se no título do primeiro: “A luta transforma-nos”. Esta transformação vem refletir uma pretensão de mudança por parte dos moçambicanos das autoimagens e visões de mundo herdadas do colonialismo e da estrutura tradicional – o que em outras palavras significava para a FRELIMO, a formação do então designado “homem novo”. Isto é evidente na medida em que os referidos extratos textuais tentam mostrar que a luta armada de libertação nacional possibilitou vivências sociais que contrariavam, por exemplo, o tribalismo, etnicismo, regionalismo assim como a subalternização da mulher na participação da vida política. Indubitavelmente, isto nos mostra o caráter modernizador que ancorava o projeto da FRELIMO, que sugeria uma série de emancipações sociais contra as estruturas colonial-tradicionais. O indivíduo passaria a ter autoimagens que não o vinculassem unicamente a grupos de pertença imediatos (tribais, étnicos, regionais ou sexuais), mas também com uma entidade coletiva mais ampla, o Estado-nação. É sem dúvidas decorrente desse fato que autores como Omar Ribeiro Thomaz (2001) e Michel Cahen (2012) defendem que o projeto da FRELIMO tinha uma proposta modernizadora mais ampla que aquela que caracterizara as últimas décadas da presença colonial portuguesa.

No que tange ao combate ao tribalismo, podemos notar passagens presentes nos trechos acima que referem que durante a luta não haveria *ajauas*, *macondes* ou *machanganas*⁴, mas homens unidos e culturalmente integrados, lutando pela edificação de uma

nação. Aqui está em causa a ideia de que o núcleo primordial de identificação do indivíduo não era o seu grupo tribal ou étnico imediato, e sim a lealdade a uma comunidade nacional em formação. O regionalismo que, à semelhança do tribalismo, fazia com que os indivíduos tivessem uma imagem de si limitada à sua região ou paróquia foi igualmente posto em causa. Efetivamente, conforme sugerem os extratos textuais acima expostos, as interações sociais estabelecidas durante a luta, sugerem uma mudança desse sentimento de pertença local para outro nível de integração, o da nação. Neste diapasão a luta significava o rompimento das barreiras etno-tribais e regionais e propunha uma convivência ou interação entre os vários grupos que teria como consequência a emergência, pelo menos simbolicamente, de outro nível de integração social.

Este processo em termos teóricos encontra eco na teoria de desenvolvimento social de Elias (1994), para quem a modernidade caracteriza-se exatamente pela passagem de níveis de integração social menos complexos, assente em grupos de pertença tribais ou étnicos, para o nível de integração do Estado nacional, que é um tipo de integração mais complexo e significativo na modernidade. Por outro lado, Elias (1994: 172) observa que isso não é nada pacífico, pois envolve aquilo a que designa “efeito de trava”, referindo-se ao recurso através do qual os indivíduos usam referências de níveis de integração anteriores para contestar a tendência homogeneizante de um novo *habitus* social. Isto nos permite perceber claramente as tensões que caracterizaram a história da FRELIMO, enquanto movimento que visava exatamente impor uma concepção universal e



⁵ Orgão decisório do partido.

⁶ Tradução livre.

hegemonizante de Moçambique. Efetivamente, na obra conjunta de Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein (1982) pode-se ler essa tensão. Eles mostram que um documento do Comité Central da FRELIMO⁵, datado de Março-Abril de 1969, dá a entender a existência de grupos com ideias divergentes dentro do movimento evidenciando a tensão então existente. Segundo tal documento, Lázaro Nkavandame, um dos membros do Comitê Central da FRELIMO e representante do movimento na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, liderava um grupo que defendia a concentração de todas as forças da FRELIMO no sentido de “expulsar os portugueses da província e proclamar a independência de Cabo Delgado” (Bragança e Wallerstein 1982:123)⁶ Aqui, a ideia que fica é a de que tal grupo estava preocupado apenas com a emancipação de uma parcela limitada do país, trazendo ao de cima a ideia de que estes se identificavam mais com referências identitárias regionais e até étnica e menos com uma identificação com uma ideia mais ampla de Moçambique.

Outro episódio que torna mais clara essa questão da tensão étnica e regional que existia dentro da FRELIMO é o que podemos ver no que se segue logo após o assassinato de Eduardo Mondlane e que é retratado no livro de Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein:

Entre finais de Fevereiro e princípios de Março deste ano [1969], depois da morte do Dr. Mondlane, anterior presidente da FRELIMO, várias pessoas da região sul do nosso país, dentre eles Samora Moisés Machel, Joaquim Chissano, Marcelino dos Santos, Armando Guebuza, Aurélio

Manave, Josina Abiatar Muthemba, Eugenio Mondlane e Francisco Sumbane, mantiveram vários encontros na casa de Janet Rae Mondlane em Oyster Bay. Ela também fez parte dos encontros. Eles estudaram as circunstâncias em torno da morte do Dr. Mondlane enquanto membro de sua tribo bem como quem o havia morto (BRAGANÇA e WALLERSTEIN 1982, p.125).

Como podemos ver, mais uma vez a questão da pertença étnica, tribal e/ou regional encontrava-se presente nesse processo interativo, teimando em resistir. Isto significa, em nosso entender e pensando com Elias, que, apesar desse processo de criação simbólica de autoimagens e visões de mundo que refletissem a pertença a um espaço nacional chamado Moçambique, afirmavam-se no movimento nacionalista resistências que faziam com que tal processo não fosse nada pacífico, refletindo desta forma a ambiguidade existente no processo de mudança de visões de mundo. Ou seja, o espaço nacional não se reduziria a um espaço linguístico comum e homogêneo.

Essas tensões podem igualmente ser encontradas quando analisamos a forma como esse discurso nacionalista tinha reações de resistências pelas populações que eram alvo do mesmo, não necessariamente no espaço escolar. É nesse sentido que autores como Christian Geffray (1990), por exemplo, tentam explicar a guerra que assolou Moçambique após a sua independência pela violência simbólica que o projeto da FRELIMO levava consigo, sobretudo da sua relação hostil com a “tradição”. Como Bourdieu (2008) sugere, a construção de um Estado-nacional, para além de se



fundar no uso de meios repressivos, tem no controle e monopólio da educação, e, para o caso em análise, a edição do livro escolar, uma importante fonte de busca de legitimidade do discurso nacionalista. É certamente a isto que se refere Carlos Serra (1997) ao caracterizar o período pós-independente de Moçambique como sendo o do controle das mentes.

Vale frisar, enfim, que, apesar desse discurso nacional homogeneizador da FRELIMO, em que a ideia de unidade está presente na atuação das instituições, a forma como os moçambicanos o recebiam não coincidiam necessariamente com as tensões dos produtores e enunciadore s desse discurso. Ou melhor, a ambivalência que o discurso constitutivo da ideia de nação moçambicana, assente numa política da assimilação, apresenta, ao mesmo tempo em que se propunha integrar cada vez mais os moçambicanos ao seu projeto modernizador, expulsava-o de sua origem linguística, étnica e regional.

Considerações finais

O que aqui foi exposto e discutido, longe de ser um assunto acabado, constitui apenas um esforço visando enriquecer o debate sobre o processo de formação de uma moderna nação africana nos termos da reivindicação de uma independência, a moçambicana em especial. Este exercício deixou-nos aptos para defender que a grande vantagem de concebermos a nação enquanto uma narrativa simbólica ou politicamente imaginada por uma elite, a qual lhe atribui um

conteúdo sócio-histórico específico, é a de deixar claro que ela é uma realidade historicamente construída e desconstruída. Isto quer dizer que os eixos de referência nacionais variam em função do contexto social e histórico do país em causa. Efetivamente, se, no período colonial, Moçambique fazia parte da narrativa nacional de Portugal, o mesmo território passou a ter uma nova narrativa depois da independência nacional.

Esta colocação permite-nos afirmar com segurança que a narrativa da nação moçambicana do pós-independência até mais ou menos 1990 foi um momento histórico peculiar. Efetivamente, ao longo deste artigo, demonstramos que a elite nacionalista moçambicana de então, encabeçada pela FRELIMO, na busca de um momento crítico a partir do qual a nova narrativa de nação poderia se inspirar, mitificou a guerra de descolonização, criando nela heróis e, sobretudo, comportamentos e atitudes consideradas exemplares e que deveriam servir de fonte de inspiração às gerações vindouras. Nesta lógica, foi evidenciada a necessidade de união entre os moçambicanos, apesar do enfrentamento das diferenças étnicas e regionais entre eles. A mulher, igualmente, deveria ser encarada não como sendo inferior ao homem, mas na sua capacidade de realizar as mesmas façanhas que estes. Ou seja, na nova nação, à semelhança do que acontecera na guerra, o indivíduo deveria desprender-se das amarras que o limitavam às visões de mundo e autoimagens que o ligassem apenas a um determinado grupo étnico, regional ou sexual, para poder colocar-se num horizonte mais amplo, voltado para uma comunidade nacional moçambicana.



Esta leitura, porém, foi feita tendo em conta a nação enquanto uma narrativa simbólica e politicamente imaginada. Isto tem suas limitações. A principal delas é que não nos habilitou a termos uma imagem aprofundada sobre como essa narrativa foi recebida por aqueles a quem se propunha influenciar. Mesmo assim, embora parcialmente, demonstramos que a criação de um discurso homogeneizador e universalizante de nação se mostrou, muitas vezes, incoerente com as práticas e comportamentos dos membros da elite nacionalista e, por consequência, de alguma parte da população moçambicana. Para concluir, reiteramos que o discurso antitribalismo ou regionalismo enfrentava resistências mesmo dentro do próprio movimento nacionalista.

Referências

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. “Espíritos de Estado: Gênese e estrutura do campo burocrático.” In: ____. **Razões Práticas Sobre a Teoria da Ação**. 8ª ed. Campinas: Papyrus, 2008. P.91-124.
- BOURDIEU, Pierre. “A economia das trocas simbólicas”. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. “Sur L’État. Cours u Collège de France. 1989-1992. Paris: Raisons d’agir/Seuil, 2012.
- BRAGANÇA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel. **The African Liberation Readers: The anatomy of colonialism**, London: Zed Press, 1982.
- CAHEN, Michel. “Mozambique, histoire géopolitique d’un pays sans nation”, 1993, pp. 213-266. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/cahen94%202.pdf>>, Acessado em 21 de Nov. 2010.
- CAHEN, Michel. Anticolonialism and nationalism: deconstructing synonymy, investigating historic processes. Notes on the heterogeneity of former African colonial Portuguese areas. In:
- MORIER-GENOUD, Eric (Ed.). **Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea Bissau and Mozambique**. Leiden-Boston: Brill, 2012. pp. 1-28.
- CHARTIER, Ane Marie; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a Leitura – 1880-1980**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.
- CHOPPIN, Alain, “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte”, <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>. Acessado em 24-02-2011.
- COELHO, João Paulo B. Abrir a Fábula: questões da política do passado em Moçambique. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 106, p.153-166, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.5926>.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- GEFFRAY, Christian. **La cause des armes au Mozambique: anthropologie d’un guerre civile**. Paris: Karthala, 1990.
- MACAMO, Elísio. “A nação moçambicana como comunidade de destino”. **Lusotopie**, 1996, pp. 355-364. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/macamo96.pdf>> Acessado em 24 Out. 2010.



MINDOSO, André Victorino. **Os assimilados de Moçambique**: da situação colonial à experiência socialista. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Livro de Leitura da 4ª classe**. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1989?.

_____. **Livro de Leitura da 6ª classe**. Maputo: Instituto Nacional do Livro e Disco, 198-.

RENAN, Ernest. “Que é uma nação?”. **PLURAL**, Sociologia, 4, 1997, pp.154-175.

SERRA, Carlos. **Novos Combates pela Mentalidade Sociológica**. Maputo: Livraria Universitária – Universidade Eduardo Mondlane, 1997.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “Contextos cosmopolitas: missões católicas, burocracia colonial e a formação de Moçambique – notas de uma pesquisa em andamento”. In: FRY, Peter (org.). **Moçambique**: ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. p.135-153.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. São Paulo: UnB, 2004. v.2.